

**BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR****LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
  - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A)      ●      (C)      (D)      (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
  - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
  - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
  - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
  - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** ([www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br)).



## CONHECIMENTOS GERAIS

1

Segundo a Constituição Federal e Leis Complementares, no Brasil, a Lei do Plano Plurianual de Ação (PPA) deve dispor sobre as(os)

- a) limitações para a elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- b) diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e programas de duração continuada.
- c) autorizações para a concessão de vantagens ou de aumentos de remuneração e criação de cargos.
- d) avaliações de resultados dos programas financiados com recursos do orçamento federal.
- e) riscos fiscais, ou seja, situações que podem impactar as metas estabelecidas.

2

No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA)

- a) contém um Anexo de Metas Fiscais, estabelecendo os objetivos fiscais anuais em valores monetários correntes e constantes.
- b) contém uma Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao ano anterior.
- c) contém um Anexo de Riscos Fiscais com a situação de passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas.
- d) compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento das empresas, nas quais a união detém a maioria do capital social votante, e o Orçamento da Seguridade Social.
- e) define os critérios para a concessão ou ampliação de incentivos e benefícios fiscais que impliquem renúncia fiscal.

3

Um determinado ente público mantinha o controle das empresas discriminadas no Quadro a seguir.

	Área de atuação/ Atividade fim	% do ente no capital	Receita Operacional Líquida	Pessoal + Custeio
Empresa A	Coleta e tratamento de resíduos	100%	R\$ 2,3	R\$ 23
Empresa B	Gestão e fomento ao turismo	95%	R\$ 11,5	R\$ 9
Empresa C	Serviços financeiros	51%	R\$ 79	R\$ 19

Adicionalmente, sabe-se que:

- O valor da receita operacional líquida de cada empresa foi exclusivamente auferido pelo exercício de sua atividade fim junto a terceiros e não contempla repasses do ente controlador.
- Os valores da receita operacional líquida e das despesas de pessoal + custeio estão expressos em milhões de reais, referem-se ao último exercício financeiro encerrado e não apresentaram alterações significativas em relação aos exercícios anteriores.
- O capital social das três empresas é composto apenas por ações com direito a voto.
- O percentual de participação do ente no capital de todas as empresas não foi alterado desde a criação das mesmas.

A partir de tais informações hipotéticas, no contexto do planejamento e do orçamento governamental e à luz do conceito de empresa estatal dependente, disposto na LRF, verifica-se que

- a) a empresa B não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente, pois gerou resultado positivo no período.
- b) ainda que despesas de capital da empresa A sejam custeadas pelo ente, ela pode continuar enquadrada como empresa estatal dependente.
- c) as três empresas devem constar no orçamento fiscal do ente, em decorrência de serem empresas controladas.
- d) por atuar na área de serviços financeiros, a empresa C não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.
- e) se o ente aumentar o capital da empresa C, esta pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.

**4**

Um parâmetro definido pela LRF para acompanhamento dos limites fiscais é a Receita Corrente Líquida (RCL), que consiste no somatório das receitas correntes, deduzido de valores também definidos em lei, correspondentes a destinações de recursos vinculados.

Na apuração da RCL da União, uma das deduções previstas corresponde a

- recursos para pagamento de serviço da dívida
- recursos para aplicação mínima em saúde e educação
- transferências de convênios firmados com outros entes
- compensação financeira entre regimes previdenciários
- repasso para os poderes Legislativo e Judiciário

**5**

No dia 23 de janeiro de 2023, um ente público divulgou a sua programação financeira e seu cronograma de execução mensal de desembolso, com metas bimestrais de arrecadação. Após o fechamento do sexto bimestre do exercício, foi avaliado que a realização da receita até aquele período poderia não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais. Segundo as disposições legais, o ente promoveu limitação de empenho e movimentação financeira. No bimestre seguinte, as metas de arrecadação foram restabelecidas em um percentual de 30% de recomposição.

Diante disso, a legislação dispõe que

- a receita restabelecida deve compor a reserva de contingência.
- a entidade deve aguardar o final do exercício financeiro para destinar os recursos recompostos.
- as dotações cujos empenhos foram limitados podem ser recompostas de forma proporcional.
- os valores restabelecidos devem ser tratados como superávit financeiro.
- os valores restabelecidos podem cobrir a abertura de créditos adicionais.

**6**

A Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal especificam os conteúdos dos instrumentos de planejamento orçamentário, mas há pontos que são tratados de forma complementar na LDO e na LOA.

Um desses pontos refere-se

- à renúncia de receita
- às alterações na legislação tributária
- ao controle de custos
- aos critérios para limitação de empenho
- aos objetivos das políticas macroeconômicas

**7**

Um cidadão participa da organização de audiências públicas durante os processos de elaboração e

discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.

Nesse caso, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, está sendo assegurada a

- operação
- referência
- antecipação
- transparência
- captação

**8**

O Programa Universidade Para Todos – Prouni – oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior.

Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>.  
Acesso em: 4 jan. 2024. Adaptado.

O Prouni é um programa que parte de um diagnóstico específico sobre o baixo percentual de pessoas com nível superior e a baixa escolaridade média da população brasileira.

Com base nessa política e no diagnóstico, conclui-se que

- a política deve ser focalizada, tendo em vista que são grupos específicos da população que não têm acesso a crédito.
- a concessão de auxílio monetário para o ingresso na educação superior não contribui para redução da evasão e desistência.
- o investimento em educação superior exige apenas despesas diretas com matrícula, mensalidade e material.
- as restrições de crédito não explicam o subinvestimento em educação superior.
- os custos totais dessa política são calculados diretamente pelos gastos com as bolsas de estudos e a logística de sua distribuição.

**9**

Em um determinado município, foi realizado um programa de construção de postos de saúde locais. O gestor do programa solicitou a um consultor que fizesse uma avaliação dos processos de implementação desse programa.

O consultor realizará essa avaliação com base nas seguintes perguntas, EXCETO:

- O número de atendimentos médicos aumentou?
- A infraestrutura dos postos atende com qualidade os moradores?
- Os materiais da obra chegaram no momento adequado?
- Os médicos e enfermeiros foram contratados?
- Os serviços de água e energia estão disponíveis com a frequência adequada?

**10**

Na definição e utilização de Indicadores de Inovação, para fins analíticos ou para orientação de políticas públicas, algumas tendências e qualificações podem ser destacadas, dentre elas, a seguinte:

- a) o indicador de esforço em P&D (P&D/vendas) sobrevaloriza o esforço inovador das empresas de base tecnológica, enquanto o esforço patentador (patentes/empregado) sobrevaloriza o esforço inovador das grandes empresas.
- b) o percentual de emprego em P&D é um indicador de capacitação tecnológica nacional, enquanto o saldo da balança de pagamentos tecnológica é um indicador de capacidade de absorção e difusão.
- c) a mensuração do progresso técnico usando indicadores de esforços ou indicadores de resultado é indiferente, pois, no processo inovador, maiores esforços envolvem mais resultados.
- d) os gastos em educação, treinamento e formação são um indicador de inovação, enquanto as patentes são um indicador de difusão.
- e) as patentes mensuram tanto intensidade de invenção quanto de inovação.

**11**

No ciclo de uma política pública, são estabelecidos vários procedimentos para racionalizar as suas etapas, do início, de comprovação da sua necessidade, até a apresentação de resultados e posterior revisão.

Nesse sentido, verifica-se que

- a) a análise ex ante não faz parte do ciclo de uma política pública, tendo em vista que ela já foi efetivamente desenhada.
- b) a identificação do problema somente pode ser realizada ao longo da execução da política.
- c) a avaliação da política deve ser planejada antes da sua execução, trazendo clara a definição de indicadores, ações e possíveis resultados esperados.
- d) o monitoramento é uma etapa do ciclo definida temporalmente ao final da política, trazendo os resultados gerados pela política.
- e) as estratégias de governança e accountability são realizadas apenas na etapa final do ciclo da política pública.

**12**

Para compreender o papel dos atores na formulação de políticas públicas, há a análise de subunidades do sistema político e dos espaços político-administrativos, de forma geral, denominados subsistemas (policy subsystems). Um desses subsistemas caracteriza-se pela tomada de decisão baseada em alta complexidade técnica, que desperta pouca atenção do público e envolve um número bastante reduzido de tomadores de decisão, os quais procuram restringir o acesso de outros participantes.

Esse particular subsistema é denominado, em português e em inglês,

- a) fluxo sistemático de soluções; policy stream
- b) macrosistema; macro policy systems
- c) microsistema; micro policy systems

- d) sistema primordial de políticas; policy primeval soup
- e) subsistema multiplicador; bandwagon

**13**

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

No trecho acima, a filósofa francesa está afirmando

- a) que a condição feminina é uma imposição essencial da natureza que não varia segundo condições históricas, políticas ou culturais.
- b) que as mulheres têm o dever político de assumir a condição feminina e seus determinantes.
- c) que o conceito de "feminino" é social e culturalmente construído numa perspectiva histórica.
- d) que a igualdade entre homens e mulheres é impossível, dadas as condições históricas da opressão feminina.
- e) que as fêmeas adquirem papéis sociais conforme seu lugar de produção de bens e riquezas na sociedade capitalista.

**14**

A iniciativa, no âmbito do processo legislativo, para a criação de uma autarquia federal, que é ente da administração pública indireta, compreendida como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, é atribuída

- a) exclusivamente aos membros do Congresso Nacional
- b) concorrentemente aos membros do Congresso Nacional e ao Presidente da República
- c) privativamente aos senadores
- d) privativamente ao Presidente da República
- e) privativamente aos deputados federais

**15**

Considerando as características dos entes que compõem a administração pública indireta, uma das diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista baseia-se na

- a) estrutura de propriedade
- b) criação por meio de lei
- c) regras de admissão de pessoal
- d) personalidade jurídica privada
- e) possibilidade de falência

**16**

Nos termos do Decreto Lei nº 200/1967, a Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade

- a) simples
- b) anônima
- c) integral
- d) por cotas
- e) por comandita

**17**

Q é servidor público e postulou readaptação por ter sofrido limitações que impediriam o exercício no cargo público originário que ocupava. Ao submeter-se à inspeção de saúde, foi diagnosticado como totalmente incapaz para o serviço público.

Nesse caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, o servidor Q será

- a) exonerado
- b) demitido
- c) disponibilizado
- d) aposentado
- e) retornado

**18**

O servidor público W foi demitido do serviço público, após processo administrativo disciplinar. Inconformado, ele propôs ação judicial, buscando o retorno ao serviço público, tendo obtido decisão favorável, após dez anos de duração do processo.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, quando invalidada a demissão por decisão judicial, ocorre a denominada

- a) reinclusão
- b) reintegração
- c) recondução
- d) revisão
- e) repristinação

**19**

A Lei nº 12.527/2011 determina que a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Segundo essa Lei, os prazos máximos de restrição de acesso à informação ultrassecreta, secreta e reservada, em anos, são, **respectivamente**,

- a) 25, 15 e 5
- b) 25, 10 e 5
- c) 30, 15 e 5
- d) 30, 20 e 10
- e) 40, 20 e 10

**20**

Um administrador do Ipea apresentou projeto de pesquisa para aperfeiçoar a prestação do serviço público. No início do seu trabalho, foi confrontado com a existência de princípios aplicáveis à Administração Pública muitos com base constitucional. Ao aprofundar seus estudos, foi direcionado para a constatação de existência do procedimento de avaliação periódica de desempenho prevista no texto constitucional.

Esse procedimento busca realizar o princípio da

- a) comunicação
- b) publicidade
- c) moralidade
- d) veracidade
- e) eficiência